

# Líderes aparam arestas para votar o regimento

LAURA FONSECA

As lideranças partidárias se reúnem hoje, às 10h, com o presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade, e o vice, Inocêncio de Oliveira, para decidir sobre alguns pontos polêmicos do regimento interno que vêm impedindo a votação final dos destaques. Os deputados mais otimistas acreditam que o regimento poderá ser aprovado com mais duas semanas de sessões; os mais pessimistas prevêem quatro semanas.

O projeto, votado antes do final do recesso, ressaltados os destaques e emendas, começou o mês de agosto com 480 votações previstas. As primeiras reuniões de lideranças conseguiram reduzir este número para 180, mas o resultado das três primeiras semanas de votação foi decepcionante: menos de um quarto dos artigos já foram examinados e decididos.

Tendo em vista a complexidade dos dispositivos, os deputados não se sentem seguros em votar matéria que ainda não foi objeto de deliberação das lideranças partidárias. Assim, este chamado "vício da Constituinte", de examinar pri-

meiro a matéria com os líderes dos partidos, vem atrasando as votações. Na quinta-feira passada, por exemplo, já havia acordo para estabelecer em 12 o número de comissões temáticas, quando chegou uma reivindicação das Forças Armadas para que houvesse uma Comissão de Defesa Nacional, desvinculada da de Relações Exteriores, conforme estava previsto. Esta novidade foi suficiente para inviabilizar toda uma sessão de votações.

Alguns pontos polêmicos já foram superados, como a criação de colégio de líderes e a exigência de pelo menos seis deputados para a formação de uma bancada. Esta exigência vigorará somente a partir da nova legislatura, ou seja, 15 de fevereiro de 1991, com o novo Congresso eleito. Também a criação da Procuradoria Parlamentar, constituída por 11 deputados para defender a Câmara, seus órgãos e seus membros, das críticas da opinião pública ou de outros poderes, já foi aprovada.

Restam alguns pontos problemáticos, como a proibição de fumar no plenário, a proposta de isolar as galerias através de vidros acústicos e a regulamentação dos pedi-

dos de verificação de votação. As pequenas bancadas insistem que um só partido tem direito a exigir o uso do painel eletrônico. Os grandes partidos, evidentemente, querem exigir um número mínimo de deputados para exercer este direito, argumentando que estas verificações atrasam o processo legislativo.

Pequenas e grandes vaidades, interesses regionais e partidários atrasam as votações, fazendo voltar atrás acordos já firmados pelos líderes. E o caso, por exemplo, das atribuições específicas de cada Comissão temática e e a distribuição dos deputados entre elas. Como as comissões terão poder de aprovação final, se não houver recurso para o plenário, partidos de ideologia marcada, como o PT, querem ter membros em cada uma delas.

A grande dificuldade do regimento da Câmara foi a opção de se formular um regimento totalmente novo, sem se valer dos dispositivos do antigo. Este método de elaboração levou à formulação de vários anteprojetos, um depois do outro, até se chegar a um texto definitivo, que começou a ser votado, em ritmo lento, artigo por artigo.